

DAS POLÍCIAS COMO GARANTIDORAS DOS DIREITOS HUMANOS

Rodolpho Mattos de Souza*

Resumo

A quebra de paradigmas dentro da segurança pública é uma barreira importante a ser transpassada, uma vez que esteriótipos maculam os órgãos relacionados a esta atividade na sociedade brasileira. Observar as polícias à luz da Constituição Brasileira de 1988, analisando e compreendendo quais são as suas missões, é o primeiro passo a ser dado para o desenvolvimento de uma nova filosofia de segurança pública, com o lema da defesa e garantia dos Direitos Humanos, além do fortalecimento da confiança na polícia por parte da população.

Abstract

The breaking of paradigms within the public safety is a major barrier to be transfixed, as stereotypes taint the organs related to this activity in Brazilian Society. By observing the police by the point of view of the Brazilian Constitution of 1988, analyzing and understanding what it's mission is happens to be the first step to be taken to develop a new philosophy of public safety, with the motto of the defense and guarantee of Human Rights, and the strengthening of trust in police among the population.

Palavras chave

Polícias. Arcabouço Jurídico Brasileiro. Poder de Polícia. Missão. Direitos Humanos.

Key words

Police. Brazilian legal system. Police Power. Mission. Human Rights.

* 2º Tenente da Polícia Militar do Paraná. Academia de Polícia Militar do Guatupê.

Introdução

A Segurança Pública é prevista na Constituição Brasileira de 1988 no artigo 144, e possui por missão principal a proteção da incolumidade das pessoas e dos patrimônios. Assim, por natureza as polícias, de um modo geral, são os primeiros órgãos governamentais garantidores dos Direitos Humanos quando violados.

Por muito tempo as missões das polícias foram indevidamente confundidas com as dos exércitos e foram manipuladas pelo Estado para servir como braço armado e repressor das grandes massas da sociedade, para que, assim, os anseios de uma classe privilegiada fossem assegurados.

É fático que novas filosofias e ideologias devem ser pesquisadas com fundamentação na Carta Magna do Brasil e nos Direitos Humanos, para que então possa obter uma polícia correta e forte, sem vícios éticos e morais.

No presente artigo científico, intitulado **Das polícias como garantidoras dos Direitos Humanos**, é seguida uma sequência lógica no sentido de fazer o leitor compreender que, efetivamente, as polícias podem ser vistas como garantidoras dos direitos humanos fundamentais. Tal possibilidade é aqui apresentada com base em alguns fatores, quais sejam:

Capítulo I- visa exibir a previsão legal das polícias no artigo 144 da Constituição Federal de 1988, bem como, a previsão feita na Constituição Estadual do Paraná no artigo 46;

Capítulo II- objetiva mostrar o que é o poder de polícia e quais seus fundamentos legais e principiológicos;

Capítulo III- tem por propósito demonstrar as missões legais das polícias civis e militares;

Capítulo IV- manifestará uma visão das polícias como órgãos garantidores dos direitos fundamentais dos cidadãos.

Capítulo I- De como as polícias constam na Carta de 1988

Segundo o artigo 144 da Constituição Federal de 1988 a Segurança Pública foi prevista como um dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, para a garantia e preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Álvaro Lazzarini¹ relata a necessidade da sociedade de ter o Estado como

1 LAZZARINI, Alvaro. *Direito Administrativo da Ordem Pública*. 3 Edição. Forense. Rio de Janeiro. 1998. p. 10.

garantidor de estabilidade nas relações econômicas e sociais, preservando a propriedade, o capital e o trabalho para a sua utilização no interesse social, e conclui, por fim, que a ordem pública é a união da tranquilidade, segurança e a salubridade pública, numa condição de equilíbrio e paz indispensável para o convívio social.

Destarte, ao Estado cabe garantir e manter a Segurança Pública, e ele o faz por meio das polícias, sendo elas a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, Polícias Civis, Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, cada qual dentro das suas competências, organização e funcionamento, previstos na Constituição e leis que disciplinam o assunto.

A Polícia Federal foi o primeiro órgão citado pela Magna Carta com a destinação do exercício da Segurança Pública, com o intuito da conservação e manutenção da ordem pública, da integridade das pessoas e do patrimônio. O professor J. Cretella Juíor² declara sobre a destinação do referido órgão da seguinte maneira:

"A regra jurídica constitucional assinala o destino da polícia federal, organismo instituído por lei, como órgão permanente, estruturado em carreira. Compete à polícia federal (a) a apuração de infrações penais contra a ordem pública e social, ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União, ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como (b) a apuração de outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija a repressão uniforme, segundo se dispuser em lei, (c) a prevenção e repressão do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, (d) o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência, (e) o exercício de funções de polícia marítima, área e de fronteira e, por fim, (f) o exercício, com exclusividade, das funções de polícia judiciária da União."

Num segundo momento a Constituição faz a referência à Polícia Rodoviária Federal, órgão permanente, estruturado em carreira e destinado, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das estradas federais, o que significa que compete a tal órgão a fiscalização do trânsito nas estradas da União, além da incolumidade das pessoas e patrimônio que ali transitam.

Outro órgão de Segurança Pública que a Carta faz menção é a Polícia Ferroviária Federal, sendo também órgão permanente, estruturado em carreira e destinada ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais.

Seguindo a sequência posta no artigo 144 da Constituição, a Polícia Civil, no âmbito da Segurança Pública, foi incumbida, ressalvada a competência da União, da atividade de polícia judiciária e da apuração e investigação dos crimes em geral, exceto dos crimes militares, bem como a atividade de prevenção especializada, sendo, ainda,

² JUNIOR, José Cretella. *Comentários à Constituição Brasileira de 1988 Volume VI*. 2 Edição. Forense Universitária. Rio de Janeiro. 1993. p. 3417.

dirigida por delegados de polícia de carreira. Ressalta-se que não cabe a esta polícia o serviço de patrulhamento ostensivo preventivo geral.

Após o órgão supracitado sucede a Polícia Militar, que tem por atribuição o policiamento ostensivo geral, responsável pela manutenção da ordem pública e da incolumidade das pessoas e dos patrimônios. Aos Corpos de Bombeiros Militares, além das atribuições definidas em lei, é incumbido da execução de atividades de defesa civil. Salienta-se que a Constituição faz menção destes dois órgãos como forças auxiliares e reservas do Exército brasileiro.

Por último, a Constituição Federal atribui às Guardas Municipais, se criadas pelos municípios, apenas a proteção dos bens, serviços e das instalações públicas municipais.

Na Constituição Estadual do Paraná, seguindo os passos da Carta Magna, a Segurança Pública foi determinada como dever do Estado, direito e responsabilidade de todos para a preservação da Ordem Pública e para incolumidade das pessoas e do patrimônio, através das polícias civil, militar e científica.

No documento supracitado foi atribuída à polícia militar a função de polícia ostensiva, a preservação da ordem pública, a execução de atividades de defesa civil, prevenção e combate incêndio, buscas, salvamentos e socorros públicos, policiamento de trânsito urbano e rodoviário, o policiamento ferroviário, de florestas e de mananciais.

Todavia, a Constituição Estadual não imputou funções diferentes daquelas já previstas na Constituição Federal à polícia civil, sendo estas funções de polícia judiciária e as apurações das infrações penais, salvo as militares.

Destaca-se uma inovação feita pela Constituição Estadual, a da criação da polícia científica que tem por prerrogativa as perícias criminalísticas e médico-legais, além de outras atividades congêneres.

Por fim, sabe-se que é concedido pelo Estado o poder de polícia aos órgãos supracitados para que cumpram suas missões com a máxima eficiência possível, e seguindo os ensinamentos do professor Hely Lopes Meirelles³, tem-se por definição o poder de polícia pela possibilidade da Administração Pública de condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais que se revelarem opostos, perniciosos e impróprios ao bem-estar social, ao desenvolvimento e à segurança, faz sobrepor o interesse da coletividade ao interesse individual.

3 MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. Malheiros . 34 Edição. São Paulo. 2008.

Capítulo II- Do Poder de Polícia.

Visto que o poder de polícia se caracteriza pela faculdade da Administração Pública de condicionar e restringir o uso e gozo dos direitos individuais, atividades e bens que afetam a ordem pública, a sua previsão legal está contida no artigo 145 da Constituição Federal, e é regulamentado no artigo 78 do Código Tributário Nacional, conforme segue:

Constituição Federal de 1988:

" Artigo 145 – A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos:

...

II- taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;

..."

Lei 5.172 - Código Tributário Nacional, de 25 de outubro de 1966:

"Artigo 78- Considera-se poder de polícia a atividade da Administração Pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos."

Nota-se que tal poder é levado a cabo pelo Legislativo, pelo Judiciário e pelo Executivo quando exercem suas funções constitucionais na relação da prestação dos serviços públicos com os interesses da sociedade.

Prevê-se dentro do arcabouço jurídico que a competência para policiar é inerente à entidade que dispõe do poder de regulamentar determinado assunto. Deste modo, ficam sujeitas a regulamentação e ao policiamento da União as matérias de interesse nacional, sob a égide das normas, e da polícia estadual aquelas de interesse regional, e por fim, sob o amparo dos regulamentos e do policiamento municipal aquelas matérias de interesse local, e na existência de interesse simultâneo entre a União, Estado e Município sobre determinado assunto, o poder de regulamentar e de policiar será difundido dentro dos limites de competência, entre as três entidades estatais.

Faz-se necessário distinguir polícia administrativa geral de polícia administrativa especial; à primeira compete a segurança, a salubridade e a moralidade pública, de uma maneira geral; e à segunda cabe cuidar de especificidades dos interesses coletivos, tais como a construção, a indústria de alimentos, o comércio de medicamentos, o uso das

águas, a exploração das florestas e das minas, os quais são regidos por normas jurídicas próprias. Valha-se da afirmação do professor Hely Lopes Meirelles⁴ que segue:

"A cada restrição de direito individual – expressa ou implícita em norma legal – corresponde equivalente poder de polícia administrativa à Administração Pública, para torná-la efetiva e fazê-la obedecida. Isto porque esse poder se embasa, como já vimos, no interesse superior da coletividade em relação ao direito do indivíduo que a compõe."

Oportuno é salientar que o poder de polícia possui atributos específicos e peculiares que são: discricionariedade, auto executoriedade e coercibilidade. A discricionariedade é a possibilidade do Estado de adotar medidas, observando a oportunidade, conveniência e a legalidade de exercer o poder de polícia, usando dos meios necessários como sanções e emprego dos meios conducentes, para proteger algum interesse coletivo. A auto executoriedade é a faculdade da Administração Pública de decidir e executar os seus atos para coibir aqueles atos que defrontam a ordem pública, sempre respeitando e atendendo os requisitos e formalidade legais, e independe da apreciação do Poder Judiciário para a execução. Enfim, a coercibilidade faz com que os atos de polícia sejam obrigatórios aos destinatários, e quando resistido admite o uso da força pública para seu cumprimento.

Por último, sabe-se que a extensão deste poder é amplo, pois alcança controle de bens, de atividades humanas e de direitos individuais, tudo para salvaguardar a ordem pública dentro do Estado Democrático de Direito. Entretanto, tal poder também é marcado por limitações⁵ para evitar abusos e desvio de poder que são: os direitos do cidadão, as prerrogativas individuais, as liberdades públicas garantidas pelas constituições e pelas lei.

Capítulo III- Das Polícias Cíveis e Polícias Militares.

As funções legais das Polícias Cíveis previstas na Constituição Federal (art. 144) são as de polícia judiciária e da apuração das infrações penais cometidas pelos cíveis em geral.

Quanto às infrações militares que tenham sido cometidas por membros das Forças Armadas e pelo efetivo das Polícias Militares – em serviço – dos Estados e do Distrito Federal, estas são apuradas pelo órgão militar a que estiver ligado o investigado; caso tenham sido cometidas as infrações fora do serviço, então a competência torna-se

4 MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. Malheiros . 34 Edição. São Paulo. 2008. p.135.

5 MANOEL, Élio de Oliveira. *Policimento Ostensivo, com ênfase no processo motorizado*. AVM. Curitiba, 2004. p. 69.

da Polícia Civil.

Sobre a Polícia Civil, é competência da União, dos Estados e do Distrito Federal legislar concorrentemente sobre a organização, garantias, direitos e deveres deste órgão. No Estado do Paraná, o Poder Constituinte decorrente não inovou relativamente à abertura que lhe deixou a própria Carta Magna, e resolveu não atribuir à Polícia Civil local outras funções além daquelas genéricas já atribuídas a este órgão pela própria Constituição da República, de 1988.

A Lei Estadual Complementar nº 14 do Estado do Paraná, chamada Estatuto da Polícia Civil, afirma que tal órgão é unidade da Secretaria de Estado da Segurança Pública, tendo por incumbência a preservação da ordem pública e o exercício da atividade de polícia judiciária, administrativa e de segurança, destinada à prevenção, repressão e apuração das infrações penais e antissociais.

A polícia judiciária cumpre a função de apuração das infrações penais; isto é, todo o trabalho de investigação, como os atos de ouvir testemunhas, requisitar documentos, solicitar perícias, interceptar comunicações telefônicas com a devida autorização judicial, dentre outras diligências, atendendo os requisitos e formalidades legais para proceder ao Inquérito Policial, instrumento preparatório do processo penal que auxilia o Ministério Público na aferição da culpabilidade do investigado e, caso esta seja de compreensão positiva do respectivo órgão ministerial, então o inquérito elaborado pela Polícia Civil também poderá ser útil ao próprio Poder Judiciário para, juntamente com a denúncia ministerial, exercer a jurisdição.

A atividade de Polícia Judiciária no país retrocede ao ano de 1619, época em que os alcaides⁶ realizavam diligências, sempre acompanhados de um escrivão que lavrava um termo ou auto dos fatos ocorridos, para a prisão de malfeitores e apresentação ao magistrado. Posteriormente criou-se a figura do ministro criminal que cumpria as atribuições de juiz e policial, realizando investigações e determinando a prisão de criminosos.

No ano de 1810, após a criação da Secretaria de Polícia no ano 1808, embrião da Polícia Civil, criou-se o cargo de Comissário de Polícia, fixando uma nova estrutura policial para o exercício da polícia judiciária.

Por fim, em 1967, por força da ditadura militar, as polícias civis perderam as atribuições do policiamento ostensivo geral que exerciam desde do ano 1866, através das

⁶ O Site Wikipédia têm por definição alcaide sendo a pessoa que aplicava as justiça em nome do rei e era o sumo garante do cumprimento da lei.

corporações de guardas civis, passando esta modalidade de policiamento para polícias militares estaduais, restando aos policiais civis apenas o exercício da atividade de polícia judiciária, conforme acima descrita.

Nesta perspectiva, a Polícia Militar tem por atributo legal, conforme a Constituição Federal de 1988 (art. 144), o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública, e, juntamente com os Corpos de Bombeiros Militares, realizar as atividades de defesa civil, sendo que tais órgãos são forças auxiliares e reservas do Exército Brasileiro, pertencendo somente à União a competência para legislar sobre as normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros militares.

A Constituição Estadual do Paraná (arts. 48 e 49) atribuiu por funções básicas da polícia militar realizar o policiamento ostensivo, a preservação da ordem pública, a execução de atividades de defesa civil, prevenção e combate a incêndios, buscas, salvamentos e socorros públicos, policiamento de trânsito urbano e rodoviário, o policiamento ferroviário, de florestas e de mananciais.

Sobremodo, a Lei nº 1943/57, do Estado do Paraná, chamada de Código da Polícia Militar, subordina tal órgão à atual Secretaria de Estado da Segurança Pública (antiga Secretaria de Estado dos Negócios de Segurança Pública), atribuindo-lhe a missão da segurança interna e a manutenção da ordem no território estadual.

A atividade de polícia ostensiva tem por função a prevenção e repressão, de forma imediata, de crimes e contravenções penais. Tal modalidade de policiamento é feita pela utilização de uniformes e viaturas caracterizadas, além de outros equipamentos que possam ser facilmente identificados.

O professor Élio de Oliveira Manoel⁷ relata que não será possível eliminar todas as oportunidades de cometer crime. Porém, se o policiamento ostensivo for aplicado de forma correta e planejada tais oportunidades poderão ser diminuídas, ocorrendo a prevenção pela sensação⁸ e pela efetiva presença policial.

7 MANOEL, Élio de Oliveira. *Policiamento Ostensivo, com ênfase no processo motorizado*. AVM. Curitiba, 2004. p. 37.

8 MANOEL, Élio de Oliveira. *Policiamento Ostensivo, com ênfase no processo motorizado*. AVM. Curitiba, 2004. p. 37. Neste trecho de seu livro, Élio de Oliveira cita Dutra, segundo quem: "O policiamento frequente e visível em todas as horas e em todos os bairros de uma cidade cria uma impressão de onipresença e onipotência. A reputação de que o policiamento ostensivo atende as ocorrências criminosas com rapidez e segurança, corre de boca em boca, através da imprensa falada, escrita e televisionada, e o futuro delinquente e contraventor se convence, sem necessidade de experiência pessoal, de que o serviço de policiamento não falha. O policiamento ostensivo é um serviço indispensável e que desempenha um papel de primeira importância na consecução finais da polícia; é a única forma de serviço policial que diretamente trata de eliminar a oportunidade do mau comportamento e reprime o

O histórico do policiamento ostensivo geral tem-se mesclado pelas histórias das polícias miliares do país, tonando-se impreciso determinar sua origem, porém sempre teve consigo o princípio da fácil identificação.

Capítulo IV- Das polícias como garantidoras do direito fundamental à segurança.

Em épocas anteriores, sabe-se que as polícias foram usadas como braço armado do Estado, ou seja, um corpo de repressão e de controle das massas, a exemplo do ocorrido no Brasil nos tempos da ditadura militar, época em que as polícias foram manipuladas pelo governo federal para atender aos anseios deste, ligação esta que retirou a missão policial de garantir a segurança dos cidadãos e seus direitos fundamentais.

Equivalente manipulação pelo Estado é constatada na obra de Platão⁹, quando compara a classe guerreira, guardiã das cidades e da sociedade, com cães, conforme transcrição abaixo:

" ...
Sócrates — Não afirmamos que existem naturezas que julgávamos impossíveis e que reúnem estas qualidades contrárias.
Glauco — Onde?
Sócrates — Podemos percebê-las em diversos animais, mas principalmente naquele que comparávamos ao guardião. Sem dúvida, tu sabes que os cães de boa raça são, por natureza, tão mansos quanto possível para as pessoas da casa e para os que eles conhecem, mas o contrário para aqueles que não conhecem.
Glauco — Claro que eu sei.
Sócrates — Logo, a coisa é perfeitamente possível, e não iremos ao arrepio da natureza se procurarmos um guardião com este temperamento.
Glauco — Penso que não.
....
Sócrates — Perceberás esta qualidade no cão, e ela é digna de admiração num animal.
Glauco — Que qualidade?
Sócrates — Que faz com que ele ladre para um desconhecido, embora não tenha sofrido nenhum mal, e agrade aquele que conhece, mesmo que não tenha recebido dele nenhum bem. Isto nunca te espantou?
Glauco — Nunca prestei muita atenção até agora, mas é evidente que o cão age dessa forma.
...
Sócrates — Pelo simples fato que conhece um e não conhece o outro, sabe distinguir um rosto amigo de um rosto inimigo. Ora, quem não desejaria saber distinguir, pelo conhecimento e pela ignorância, para o amigo do estranho?
Glauco — E impossível ser de outra maneira.
Sócrates — Mas a natureza ávida por aprender.
...".

Por muitas vezes, a população foi colocada como um inimigo a ser combatido pelas polícias com o objetivo de salvaguardar o Estado, e tal missão era cumprida através da violência. Entretanto, este panorama mudou com a positivação da Constituição Federal

desejo de delinquir, destruindo as influências daninhas".

9 Platão. *A República*. Coleção os Pensadores. Nova Cultural. São Paulo, 2000. p. 62 e 63.

de 1988, a qual atribui às polícias a função precípua de garantidoras da ordem pública, e conseqüentemente, também, garantidoras dos direitos fundamentais dos homens e mulheres.

Inicialmente, a filosofia de se encarar as Polícias como órgãos garantidores dos direitos civis é oficialmente relacionada nos cursos das academias de polícias. Nas aulas de Direitos Humanos, os policiais aprendem sobre importantes normas garantidoras dos direitos fundamentais, tais como a Constituição da República, o Pacto de San José da Costa Rica, o Código de Conduta para os Responsáveis pela Aplicação da Lei, a Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, o Conjunto de Princípios para a Proteção de Todas as Pessoas Sujeitas a Qualquer forma de Detenção ou Prisão, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), os Princípios Básicos sobre a Utilização da Força e de Armas de Fogo pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei, o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (ONU, 1966). Outrossim, a filosofia dos Direitos Humanos é propagada nas polícias através da implantação de novas formas de policiamento que visam uma polícia voltada a, juntamente com a população, combater o crime e proteger os direitos fundamentais de todos.

O Plano Nacional de Direitos Humanos, decreto federal 1094 de 13 de maio de 1996, estabelece que o Estado deve apoiar as experiências de polícias comunitárias que transformam as polícias como agentes de proteção dos Direitos Humanos. De tal forma, o plano elaborado no ano de 2002 determinou ao governo que incentivasse as experiências de polícias comunitárias no país, com o objetivo de reforçar a visão da polícia voltada para os anseios da população e garantidora dos seus direitos fundamentais.

Na árdua missão de garantir a segurança pública, é necessário que a população veja a polícia como sua protetora e como aquela que deve observar os direitos fundamentais de todos, e não mais tê-la com os olhos e os ranços da ditadura militar, visão retrógrada esta que ressuscita a ideia de polícias truculentas e corruptas.

Esta função de proteger o cidadão a polícia efetiva, por exemplo, quando realiza as abordagens policiais na busca de drogas ilícitas, por foragidos da justiça, por armas de fogo, na verificação de documentos, no atendimento de ocorrências e nos patrulhamentos rotineiros, os quais visam garantir primeiramente a integridade das pessoas e posteriormente a segurança dos patrimônios.

Por último, a Polícia Militar do Estado do Paraná, na Diretriz Geral de Planejamento e Emprego nº004/2000, determina que o policial em sua atividade deve respeitar e assegurar os direitos fundamentais das pessoas, sejam homens, mulheres,

negros, homossexuais, índios, idosos, portadores de deficiências, estrangeiros, refugiados, crianças, adolescentes, presos, ricos, pobres ou quem quer que seja.

Bondaruk¹⁰ relata que o policial é um guardião dos direitos humanos e garantidor da democracia, da cidadania e da justiça para obter a ordem pública, e encerra da seguinte maneira:

"Dessa forma, o velho paradigma antagonista da Segurança Pública e dos Direitos Humanos precisa ser substituído por um novo, que exige desacomodação de ambos os campos: Segurança Pública com Direitos Humanos".

Conclusões

O estudo realizado mostra que as polícias foram manipuladas pelo Estado para servirem como força de repressão e de controle das massas, principalmente das classes mais baixas e menos escolarizadas da sociedade, o que de fato ocorreu durante a revolução de 1964 no Brasil, movimento este que colocou as polícias militares como forças de reserva do Exército e normatizou seus regulamentos e suas missões seguindo as filosofias de combate da caserna.

Faz-se necessário distinguir as missões das Forças Armadas e das Polícias: a primeira combate o inimigo externo e defende a soberania do país quando em perigo; a segunda tem por função a proteção da incolumidade das pessoas e dos patrimônios.

Nesta perspectiva, a manipulação sofrida pelas forças policiais durante a época da ditadura militar estereotipou, perante a sociedade contemporânea, os órgãos de segurança pública como autoritários, truculentos e corruptos. Todavia, com o advento da Constituição de 1988, esses paradigmas passaram a poder ser quebrados, e uma nova visão surgiu para as polícias, agora como garantidoras dos direitos quando violados; entretanto, para que se efetive uma polícia realmente vocacionada para a preservação dos direitos humanos, resta aos órgãos estatais de segurança pública a tomada de providências no sentido de: (i) pagar melhor os policiais; (ii) proporcionar aos membros das polícias militares os mais modernos cursos de capacitação; (iii) oferecer ao efetivo policial equipamentos com os quais combaterão os protagonistas dos crimes; (iv) aumentar o número de policiais nas ruas e nos serviços de inteligência.

Portanto, torna-se necessário que o governo cumpra com suas responsabilidades no quesito da segurança pública executando as metas impostas pelos Planos Nacionais de Direitos Humanos, para que, assim, as polícias possam cumprir com eficiência a sua árdua missão de proteger a sociedade e seus direitos.

Conclui-se, por último, que para melhor salvaguardar os direitos fundamentais dos

10 BONDARUK, Roberson Luiz. *Polícia Comunitária Polícia Cidadã para um povo Cidadão*. AVM. Curitiba 2004. p. 88.

cidadãos seria conveniente a união das polícias civis e militares, o que aumentará o controle destes agentes pelo Ministério Público e pela sociedade, então se terá uma perspectiva de segurança pública moldada nos princípios dos Direitos Humanos. Por fim, salienta-se que esta nova corporação será fundamentada na disciplina e na hierarquia, e terá por missão o policiamento ostensivo preventivo, o repressivo e o processo de investigação e apuração das infrações penais, o que evidencia a opinião acima exposta no sentido de que sejam unificadas as principais polícias que lidam com o dia a dia do cidadão brasileiro, as polícias militar e civil. Doravante, novas políticas de segurança pública deveriam ser formuladas com o intuito de unir população e policiais para combater o crime e garantir aos cidadãos o direito constitucional à segurança que tem assegurado.

Referências

BONDARUK, Roberson Luiz. *Polícia Comunitária Polícia Cidadã para um povo Cidadão*. AVM. Curitiba 2004.

JUNIOR, José Cretella. *Comentários à Constituição Brasileira de 1988 Volume VI*. 2 Edição. Forense Universitária. Rio de Janeiro. 1993.

LAZZARINI, Alvaro. *Direito Administrativo da Ordem Pública*. 3 Edição. Forense. Rio de Janeiro. 1998.

MANOEL, Élio de Oliveira. *Policiamento Ostensivo, com ênfase no processo motorizado*. AVM. Curitiba, 2004.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. Malheiros . 34 Edição. São Paulo. 2008.

Platão. *A República*. Coleção os Pensadores. Nova Cultural. São Paulo, 2000.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966.

BRASIL. Decreto Federal 1094 de 13 de maio de 1996.

BRASIL. Decreto Federal 4.229, de 13 de maio de 2002.

PARANÁ. Constituição do Estado do Paraná de 1989.

PARANÁ. Lei número 1943 do Estado do Paraná, de 23 de junho de 1957.

PARANÁ. Lei Complementar número 14 do Estado do Paraná, de 26 de maio de 1982.

PARANÁ. Diretriz Geral de Planejamento e Emprego nº004/2000 da PMPR.

SILVA, Cyro Advincula. *Polícia Civil do Rio de Janeiro*, ADEPOL. Rio de Janeiro, 1985. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Polícia_Judiciária>. Acessado em: 25 de outubro de 2010.